Acta da sessão ordinária realizada dia 24 de Fevereiro de 2012

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro, do ano dois mil e doze, pelas 20 horas e 50 minutos, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **Sessão Ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Francisco Lourenço Teixeira**, secretariada pela 1.ª secretária **Dina Guerreiro Cavaco** e pela 2ª secretária **Maria Filomena Mestre Guerreiro**, dando cumprimento ao preceituado no artigo 49.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----------

Encontravam-se presentes no início da sessão os membros: --------

Eleitos pelo PSD: Vítor Manuel Libânio Afonso, Sónia da Cruz Espírito Santo, Silvino Manuel da Encarnação Romana, Celeste Colaço do Rosário Sebastião, bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia: Ricardo António Monteiro Colaço, José Faustino Rosa Sezinando, Sérgio Manuel Afonso Palma, Francisco Manuel Gonçalves da Luz, João Carlos Rodrigues, João Manuel da Palma Guerreiro Paleta e António José Matilde Francisco. -

Eleitos pelo PS: José Manuel Custódio Lança, António Manuel Felício Espirito Santo, José Eduardo Pereira Brites, Fernando Manuel da Graça Romba e o Presidente da Junta de Freguesia: Manuel da Silva. ----------

Eleitos pelo BE: José Gonçalo M. Colaço. ----------

Faltaram à sessão o **Sr. Manuel Afonso Santos** (PSD), o **Sr. Duarte Manuel da Palma Rodrigues** (PSD) e o **Sr. Nuno Manuel Dias Pereira** (PS), tendo o primeiro sido substituído pelo membro suplente **José Manuel Mendes Santos** (PSD), tendo aos restantes sido justificadas as respectivas faltas. ----------

Nos termos dos n.os 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara **António José Messias do Rosário Sebastião** (PSD), os Vereadores, **João António Rodrigues Palma** (PSD), **Maria Sílvia Pereira Rebelo Felícia Baptista** (PSD) e **Fernando Teixeira Guerreiro** (PS).

Faltou à sessão o vereador **João da Luz Saleiro** (PS). ----------

A **Ordem do Dia** integrava os seguintes assuntos: ----------

A – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

A.1. - Suspensão de mandatos e preenchimento de vagas; ----------

A.2. - Votação da acta nº 15 de 2009/2013; ----------
A.3. – Leitura de expediente. ----------
A.4. – Intervenções ----------

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA----------

B.1. - Apreciação e deliberação sobre as propostas n.º 3, 8, 9 e 10/PC/2012 relativas a Taxas da Tabela do Regulamento de Liquidação e cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais do Concelho de Almodôvar. ----------

B.2. - Apreciação e deliberação sobre a proposta de Declaração de Interesse Publico Municipal, relativo a um terreno situado na REN para implementação de edifício destinado a infraestruturas pela SOMINCOR. ---

B.3. - Análise da situação social do Concelho. ----------

B.4. - Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal relativa às actividades municipais mais relevantes e situação financeira nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro; ---

B.5. - Aprovação da acta em minuta. ----------

C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA ----------

C.1. - Intervenção dos Munícipes (n.º 6, do art.º 84.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). ----------

A – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

A.1. - SUSPENSÃO DE MANDATOS E PREENCHIMENTO DE VAGAS: ----------

O Sr. Presidente da Assembleia comunicou que pediram a suspensão do mandato os membros **Sr. Nuno Manuel Dias Pereira** (PS) por 4 dias, o **Sr. Duarte Manuel da Palma Rodrigues** (PSD) e o **Sr. Manuel Afonso Santos** (PSD) ambos por 1 dia, tendo o núcleo da Assembleia Municipal desencadeado os devidos procedimentos para o preenchimento das respectivas vagas, verificando-se apenas a substituição do **Sr. Duarte Manuel da Palma Rodrigues** (PSD) pelo **Sr. José Manuel Mendes Santos**. ----------

A.2. – VOTAÇÃO DA ACTA N.º 15 DO MANDATO DE 2009/2013:----------

O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a **Acta n.º 15** da Sessão Ordinária de **16 de Dezembro de 2011**. ----------

Não havendo intervenções, **colocou-a à votação**, a qual foi **aprovada por unanimidade**. ----------

Mod. 752 (Esp.) – Grafinal-Águeda

A.3. – LEITURA DE EXPEDIENTE. ----------

O Sr. Presidente da Assembleia referiu a correspondência recebida e expedida pela Assembleia desde a última sessão realizada em Dezembro até a presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros. --------

A.4. – INTERVENÇÕES ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia** informou que a Mesa recebeu **várias moções**, para discussão neste ponto da Ordem do Dia, as quais foram distribuídas a todos os membros antecipadamente. **Do BE** recebeu as seguintes: Defender o 25 de Abril e a democracia local (Anexo 1); Televisão Digital Terrestre (Anexo 2) e Encerramento do Tribunal de Almodôvar (Anexo 3). **Do PSD** recebeu durante a tarde uma moção sobre o Encerramento do Tribunal de Almodôvar (Anexo 4).----------

Dada a importância dos assuntos e do tempo necessário para a sua discussão propôs que se tratasse de imediato a Ordem do Dia, seguindo-se então este ponto A.4.Intervenções, o que foi aceite pelo plenário.--------

Antes da discussão do assunto foi feita pelo Presidente uma breve apresentação do conteúdo de cada uma das moções.----------

A moção do BE, "Defender o 25 de Abril e a democracia local" recusa a extinção de qualquer freguesia, repudia os ataques à democracia local contidos nas novas leis eleitorais indicadas no "documento verde", que distorce a proporcionalidade, reforça o bipartidarismo e o centralismo.------

A moção sobre "Televisão Digital Terrestre" refere que o processo de conversão para a TDT relegou o interior do país para a escuridão, Almodôvar incluído, não estando de acordo com a forma como foi implementado o sistema e criticando a quantidade de canais disponíveis.--

A moção apresentada pelo BE sobre "Encerramento do Tribunal de Almodôvar" condena o referido encerramento e deslocação dos serviços para outro concelho, exigindo ao Estado uma proximidade dos serviços aos cidadãos. ----------

A moção apresentada pelo PSD sobre o "Encerramento do Tribunal de Almodôvar" vem manifestar a sua total oposição a tal facto e respectiva transferência de serviços para Mértola, afectando gravemente o acesso à justiça por parte dos seus cidadãos, e por outro lado, vem solicitar ao Ministério da Justiça uma revisão dos critérios adoptados para essa transferência e uma ponderação sobre as suas conclusões, de forma a atender às razões já apresentadas pelo Executivo de Almodôvar ao Ministério da Justiça, por forma a evitar o encerramento do tribunal.--------

O Sr. Presidente da Assembleia, dado que alguns dos membros não tiveram oportunidade de debater os assuntos no âmbito do seu Grupo Municipal, procedeu a uma interrupção da sessão por 10 minutos, para o efeito. ----------

8	233
Livro	Folhas

Retomados os trabalhos perguntou ao **Sr. José Gonçalo** (BE), se era sua intenção colocar os documentos à votação, o qual respondeu afirmativamente. ----------

Deu então a palavra à Assembleia para se pronunciar sobre a moção designada **"Defender o 25 de Abril e a democracia local"**, intervindo o Sr. Ricardo Colaço, Presidente da Junta de Freguesia de Almodôvar (PSD), em nome próprio, do Presidente da Junta da Graça dos Padrões (PSD) e do Presidente da Junta de Gomes Aires (PS), dizendo que se iriam abster na presente votação sobre o tema das freguesias, não por discordarem da necessidade de uma reorganização administrativa em Portugal, mas por estarem contra o encerramento das Freguesias rurais, e pela forma como o projecto está e ser posto em prática. ---------- anexo 6

O **Sr. José Lança** (PS), referiu que tendo em atenção o conteúdo da moção apresentada pelo BE, o Partido Socialista também se irá abster. ----

No uso da palavra a **Sra. Celeste Sebastião** (PSD), disse que independentemente do valor que as Juntas de Freguesia representam para a população, o facto é que o "documento verde", se encontra já desactualizado, aguardando-se novas propostas do Governo, o que faz com que a presente moção perca todo o sentido e seja inoportuna.---------

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que a denominação da moção "Defender o 25 de Abril e a democracia local" não lhe parecia justificável, pois o que está em causa não é a democracia, mas sim o facto de se estar a viver uma situação em que existe um acordo de ajuda financeira ao nosso país, assinado pelos principais partidos, o qual prevê uma reforma da reorganização do território, e para se reforçar as políticas de proximidade, é necessário que as Juntas de Freguesia tenham mais competências e os respectivos meios. Assim, as Assembleias Municipais terão um papel relevante e activo, nomeadamente sobre a extinção/junção das Freguesias e por isso lhe parece que a discussão da moção é extemporânea, devendo-se aguardar pela aprovação da legislação.----------

Ainda na sua intervenção, afirmou não concordar com a moção, no seu conjunto, pois trata-se simplesmente de uma questão política e que, por isso, o assunto teria que ser analisado com seriedade, ponderação e de forma serena. ----------

Também o **Sr. Ricardo Colaço** disse não discordar da necessidade de uma reorganização administrativa do País, mas não apresenta alternativas às propostas de legislação sobre a referida reorganização administrativa territorial. ----------

Mod. 752 (Esp.) – Grafinal-Águeda

O **Sr. José Gonçalo** (BE) disse discordar com o Sr. Presidente da Câmara, quando diz que não se perde identidade da população com o candidato, aquando da junção/extinção das freguesias de Gomes Aires e da Graça dos Padrões, e que por outro lado, esta moção propôs os referendos locais na Assembleia da Republica, para que as populações se possam pronunciar, sobre a reorganização do território. ----------

No uso da palavra o **Sr. José Manuel Mendes** (PSD) disse que a extinção de freguesias não implicava o abandono das populações, e que se Portugal é um País tão pequeno, e mesmo assim está a ser governado por entidades externas, então não lhe chocava a fusão/extinção de freguesias. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, referindo-se à moção chamou a atenção para o facto de que o seu conteúdo, na prática, significar o imobilismo total, não trazendo qualquer contributo para a discussão. ----------

Não havendo outras intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou **à votação** a moção apresentada pelo BE "Defender o 25 de Abril e a Democracia Local", **a qual foi rejeitada** com 13 votos contra (PSD), 7 abstenções (3PSD e 4PS) e 1 voto a favor (BE). ----------

Passando à moção seguinte apresentada pelo **Sr. José Gonçalo** (BE) sobre a **Televisão Digital Terrestre**, o Sr. Presidente da Assembleia, colocou-a à discussão, tendo-se inscrito o Sr. Fernando Romba (PS) que referiu existirem alguns concelhos considerados zona sombra, onde foram colocadas antenas pela PT, perguntando qual a solução que o Executivo encontrou para o concelho de Almodôvar. ----------

O **Sr. José Gonçalo** (BE), afirmou parecer-lhe que tanto a nível nacional, como a nível local, o processo não foi bem conduzido, nomeadamente quanto à falta de sinal nas freguesias de Sta. Clara, Gomes Aires e São Barnabé, levando ao aumento de custos para essas populações e à desinformação, pois elas irão ficar sem televisão.----------

Ainda no uso da palavra refere a pressão exercida pela Câmara junto da Portugal Telecom (PT) para a colocação de amplificadores de sinal em Almodôvar, facto este de que ele próprio foi testemunha, enquanto funcionário da Autarquia, por ter estado ligado directamente ao assunto.--

No uso da palavra, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** explicou que a implementação da Televisão Digital Terrestre, foi realizado através de um concurso público pelo anterior Governo, o qual foi ganho pela PT, e da transição do sinal analógico para o digital, resultaram zonas sombra, referindo aquele empresa que ninguém ficaria sem televisão, e que nessas zonas o sinal teria de ser capatado via satélite. Considerou que a postura

PT não foi a mais adequada, e é óbvio que não existe nisto equidade social, pois nem todos terão acesso a TDT do mesmo modo com custos a suportar, para além de que noutros países, foi dado o benefício de terem mais canais.----------

Disse ainda que esta questão sempre foi acompanhada pela Câmara e pela ANMP, que a vila de Almodôvar tem dois retransmissores digitais colocados, e que as zonas sem sinal são situações pontuais, que continuarão a ser seguidas, com elucidação das pessoas, pelo que lhe parece despropositado estar a aprovar a moção do BE, face ao exposto, e ao empenho da Câmara em todo o processo.---------- ----------

Não havendo mais inscrições, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação a moção apresentada pelo BE "Televisão Digital Terrestre", **a qual foi rejeitada** com 16 votos contra (15 PSD e 1PS), 2 abstenções (PS) e 3 votos a favor (2PS e 1BE). ----------

Passando às duas moções do BE e do PSD sobre o **Encerramento do Tribunal de Almodôvar**, o Sr. Presidente da Assembleia, leu as suas partes finais, abrindo em seguida a discussão. ----------

O **Sr. José Brites** (PS) disse que tanto a moção do BE como a moção do PSD não reflectem sobre os custos monetários e o tempo que implica a deslocação de um Almodovarense a Mértola, tendo entregue à Mesa um documento por escrito sobre o assunto. (Anexo 5). ----------

O **Sr. José Lança** (PS) referiu que as moções em apreço falam sobre uma questão muito sensível, que é o encerramento do Tribunal de Almodôvar, mas como o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que o concelho cumpre os critérios que evitariam esse encerramento e que o processo ainda estava a decorrer, por isso a bancada do PS se iria abster.

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, informou que o documento sobre o mapa judiciário estava aberto à discussão pública, e tanto a Câmara Municipal como a ANMP estão a acompanhar todo o processo. Em termos de critérios adoptados, disse que o Tribunal de Almodôvar se posicionava melhor que o de Mértola, e que estava a aguardar a marcação de uma reunião com a Sr.ª Ministra da Justiça para apresentar presencialmente todos os argumentos fortes de Almodôvar. Terminou dizendo que deveria existir uma moção consensual da Assembleia Municipal de Almodôvar.----------

Não havendo outras intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia**, questionou o **Sr. José Gonçalo** (BE) se pretenderia retirar a sua moção, para existir um consenso como referiu o Sr. Presidente da Câmara, à qual ele respondeu negativamente. ----------

Mod. 752 (Esp.) – Grafinal-Águeda

Colocada à votação, a moção do BE sobre o Encerramento do Tribunal de Almodôvar **foi rejeitada por maioria**, com 16 votos contra (15 PSD e 1 PS), 4 abstenções (PS) e 1 voto a favor (BE). ----------

Colocada à votação, a Moção do PSD sobre o Encerramento do Tribunal de Almodôvar, **foi aprovada por maioria**, com 17 votos (15PSD, 1PS e 1BE) a favor e 4 abstenções (PS). ----------

O **Sr. José Gonçalo (BE), fez declaração e voto**, referindo que votou a favor da moção do PSD, dado ser um assunto de extrema importância, e como estão a retirar serviços, apesar da moção por ele apresentada ter sido rejeitada, é importante não descurar a questão. ------

No momento em que o Presidente da Assembleia encerrava este ponto o **Sr. José Gonçalo**, no uso da palavra, solicitou um voto de pesar ao antigo presidente da Assembleia Municipal, Sr. José Silva.----------

O **Sr. Presidente da Assembleia**, informou que um voto de pesar é como uma moção, e que terá de ser dado conhecimento antecipado do mesmo a todos os membros, o que não aconteceu, pelo que questiona a Assembleia Municipal, sobre a posição a tomar, referindo que a posição da Mesa, é transferir o assunto para a próxima reunião, depois da sua entrega na Mesa por escrito. ----------

O **Sr. António Espirito Santos** (PS), disse que caso o voto de pesar seja aceite, seja dado conhecimento à família, ao que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal respondeu que sempre foi esse o procedimento da Mesa.----------

No uso da palavra, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, disse julgar ser importante discutir o mesmo, o qual deve ser entregue com a devida argumentação, para que possa ser analisado por todos, frisando que o Sr. José Silva foi Presidente desta Assembleia Municipal sem ter sido eleito pelo povo de Almodôvar, pelo que julga não estarem reunidas as condições para ser votado este assunto nesta Assembleia Municipal. -------

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.----------

B.1. - Apreciação e deliberação sobre as propostas n.º 3, 8, 9 e 10/PC/2012 relativas a Taxas da Tabela do Regulamento de Liquidação e cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais do Concelho de Almodôvar. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia** após uma breve apresentação sobre o conteúdo de cada uma das propostas em análise deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. ----------

O **Sr. Presidente da Câmara** explicou tratar-se de processos de criação de novas taxas que não estavam consignadas na Tabela do Regulamento acima mencionado de taxas e tarifas do regulamento, pelo que era necessário a sua criação. ----------

A proposta nº3 respeita a serviços prestados a particulares por parte da equipa de sapadores florestais, os quais têm sido objecto de diversas solicitações na Câmara, pelo que houve a necessidade e preocupação de introduzir uma taxa correspondente ao serviço. A proposta de taxa para aprovação resulta da aplicação de uma fórmula que tem em consideração vários itens, nomeadamente, tempo despendido e montante salarial auferido pelo prestador do serviço, conforme obrigatoriedade legal, à semelhança do que é feito com os pareceres técnicos florestais ou de ordenamento. O valor obtido para a taxa a aplicar no valor de €114,45. ---

A proposta nº 8 concerne ao registo de indústrias, e da fórmula utilizada com os itens considerados resulta um valor para a taxa a aplicar de €51,34. ----------

A proposta nº 9 refere-se à emissão de pareceres no âmbito do PDM, e após aplicação de fórmula com os itens considerados, resultou um valor para a taxa a aplicar de €41,70.----------

A proposta nº 10 refere-se ao serviço de massagista, praticado nas piscinas municipais, e a taxa a aplicar resulta de um valor estipulado com a pessoa contratada para o efeito, no âmbito de um contrato específico de inserção. ----------

Após a análise e discussão do assunto em debate o **Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação** as propostas nºs 3, 8, 9 e 10/PC/2012, as quais foram **aprovadas por maioria** com 20 votos a favor (15 PSD e 5 PS) e 1 abstenção (BE). ----------

B.2. Apreciação e deliberação sobre a proposta de Declaração de Reconhecimento de Interesse Publico Municipal, relativo a um terreno situado na REN para implementação de edifício destinado a infraestruturas pela SOMINCOR. ----------

O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o assunto explicando o que estava em causa com a proposta de declaração mencionada e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que explicou estar relacionada com um pedido de licenciamento para a construção de um edifício num terreno situado na REN, o qual tem obrigatoriamente de ser objecto de reconhecimento de interesse público municipal, por parte da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, para a sua autorização. O facto de a Somincor ser uma empresa estruturante e de grande dimensão e importância económica em toda a Região, é relevante para que os órgãos municipais manifestam a sua disponibilidade na aprovação da referida

Mod. 752 (Esp.) – Grafinal-Águeda

proposta para que a Somincor continue a dar continuidade ao seu trabalho de exploração mineira. ----------

O **Sr. Fernando Romba** (PS), solicitou que lhe fosse esclarecido a localização exacta do referido terreno. ----------

O **Sr. Presidente da Câmara**, esclareceu tratar-se de um terreno situado entre a Graça dos Padrões e o Monte Branco, localização que abrange a maior parte dos edifícios de tratamento de resíduos provenientes da Somincor. ----------

Não havendo mais pedidos de intervenção o **Sr. Presidente da Mesa colocou á votação** a Proposta de Declaração de Reconhecimento de Interesse Publico Municipal relativo a um terreno situado na REN para implementação de edifício destinado a infraestruturas da Somincor, tendo sido **aprovada por unanimidade**. ----------

B.3. Análise da situação social do Concelho. ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia** explicou que este ponto foi introduzido pela Mesa, no sentido de trazer ao conhecimento dos membros da Assembleia um conjunto de indicadores de carácter social, de âmbito concelhio e regional, considerados mais cruciais para se perceber o impacto da crise económico-financeira, em especial sobre o concelho de Almodôvar, e em sequência informar do conjunto de medidas de política social em curso e que demonstram claramente a especial atenção dada pala Câmara a esta realidade. ----------

Salientou ainda a relevância que nesta área nos devem merecer as questões relacionadas com os idosos, nomeadamente os que vivem mais isolados, assunto que esta diariamente na comunicação social e que pode acontecer também no nosso concelho, pelo que é importante o conhecimento do que está a ser feito no terreno, designadamente o recenseamento dos idosos isolados do concelho levado a cabo pela Guarda Nacional Republicana (GNR), em articulação com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesias e Instituições particulares de Solidariedade Social (IPSS's). ----------

No uso da palavra a **Dr.ª Dina Cavaco** (PSD) disse que efectuou uma actualização dos indicadores sociais disponíveis, relativamente à anterior apresentação nesta assembleia sobre o mesmo tempo e acrescentou outros que lhe pareceram relevantes.----------

Em termos do desemprego nos períodos de 2009 e 2011, o Concelho de Almodôvar baixou ligeiramente o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Ourique, de um número de 481 para 477 naquele período.----------

No que respeita ao Rendimento Social de Inserção, a prestação social mais importante a seguir ao subsídio de desemprego, verificava-se que no concelho, no final de Janeiro de 2012, estavam contempladas 67 agregados familiares, dos quais apenas 44 recebiam aquela prestação social, estando os outros 23 integrados temporariamente no mercado de trabalho. Nos anos anteriores estes números eram mais elevados, com 74 agregados familiares em 2007, 84 agregados em 2010, e 65 no final de 2011. Esta redução deverá no entanto estar associada ao maior grau de exigência no acesso à referida prestação social. Há ainda a referir que em Janeiro de 2012 houve um aumento de 11 processos entrados, contra os 6 que deram entrada em Dezembro de 2011. ----------

Procurando proporcionar uma integração no mercado de trabalho destes cidadãos a quem foi atribuída a situação de poder receber uma prestação no âmbito do Rendimento Social de Inserção, a Segurança Social criou alguns programas para facilitar essa empregabilidade, em colaboração com entidades públicas ou privadas, em especial com as Autarquias.----------

Para o efeito, existe o programa Contratos Emprego Inserção + (CEI+) destinado aos cidadãos acima referidos e que abrangia no final de Janeiro, no concelho de Almodôvar, 37 pessoas, das quais 25 colocadas nas Juntas de Freguesia e 12 na Câmara Municipal, e que recebiam o equivalente ao Indexante aos Apoios Sociais (IAS), isto é 419.22€, acrescido do subsídio de refeição. ----------

Para os cidadãos que recebem o subsídio de desemprego existe O Contrato Emprego Inserção (CEI) que integrava 46 pessoas no final de Janeiro, estando colocados 22 na Câmara Municipal e 24 nas Juntas de Freguesia. Estes cidadãos recebiam um adicional de 20% sobre o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), acrescido de subsídio de refeição. -----

Para os cidadãos com alguma incapacidade específica, a Segurança Social criou um programa próprio, designado Contrato Emprego Inserção para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (CEIPDI), o qual facilitou a colocação no mercado de trabalho de 6 jovens na Câmara Municipal.-------

No total a Câmara e as Juntas de Freguesia nos programas acima referidos integravam no final de Janeiro, 89 cidadãos, o que demonstra uma clara preocupação com a situação dos respectivos agregados familiares. ----------

Continuando a Dra. Dina Cavaco (PSD), referiu-se às medidas de política social tomadas pela Câmara Municipal, mencionando a implementação do Fundo de Emergência Social, em 2011, para dar a resposta possível às situações resultantes da actual crise económico-financeira, tendo sido apoiados 6 agregados familiares, em situações consideradas pontuais e felizmente sem grande dimensão. Mas em 2012,

Mod. 752 (Esp.) – Grafinal-Águeda

em Janeiro e Fevereiro, disse que tinham sido já aprovados 6 processos nesse âmbito. Os pedidos cingem-se a apoios para cuidados de saúde, transporte de doentes e pagamento de dívidas no comércio local, nomeadamente em alimentação. Importa ainda referir que existem cerca de uma dezena de processos em fase de instrução, para posterior análise técnica. ----------

Mencionou em seguida a oferta de cabazes de natal que registou um aumento, passando de 45 cabazes familiares personalizados em 2010, para 52 em 2011, num universo de respectivamente 94 e 86 agregados familiares naqueles anos. Também importa referir os apoios prestados pelo Grupo Sócio-Caritativo de Almodôvar, tanto em géneros alimentícios, roupas, ou em dinheiro, assim como os da Santa Casa da Misericórdia. ----

Em termos do Cartão Almodôvar Solidário, o número de cartões atribuídos em cada ano têm sofrido oscilações desde a sua implementação em 2003, tendo sido atribuídos logo no 1º ano 468 cartões. Em 2008, foram 89 os novos cartões atribuídos, seguindo-se um aumento em 2009 com 104 cartões, em 2010 com 61 cartões, em 2011 com 67 cartões e só no mês de Janeiro de 2012 foram já atribuídos 15 cartões, o que perfaz um total de 1257 cartões atribuídos e activos no final de Janeiro de 2012.

No que se refere ao projecto de realização de obras em habitações de indivíduos e/ou agregados familiares mais desfavorecidos o número de processos aprovados em 2011 foi de 25, enquanto em 2010 esse número foi de 33.Esta redução no significa um decréscimo de pedidos, mas sim que o cuidado na sua análise tem sido maior, pois muitas vezes o apoio era autorizado mas os agregados familiares não dispunham das restantes verbas para cobrir o valor total obras e estas não avançavam. Por outro lado, também o valor das intervenções em 2011tem sido de maior porte, pelo que a verba inscrita em orçamento e mesmo após vários reforços da verba, não tem permitiu maior número de apoios. ----------

Em relação ao apoio à natalidade registou-se em 2011 um decréscimo acentuado dos pedidos recebidos, menos 21, o que corresponde a um menor número de nascimentos no concelho, facto muito preocupante. No ano da implementação do projeto, meados de 2008, registaram-se 36 pedidos de apoio, em 2009 um número de 55, em 2010 subiu para 59, e em 2011 caíram para apenas 38 os apoios concedidos por nascimentos registados nos serviços da Câmara. Este decréscimo verificado no número de nascimentos no concelho, não significará porém uma redução abrupta, e poder ser apenas pontual, já que só em Janeiro foram recebidos 10 pedidos de apoio à natalidade. ----------

Importa referir a preocupação da Câmara com este facto, e após vários contactos com a Conservatória do Registo Civil, não foi possível ainda conhecer o número de assentos de naturais de Almodôvar, nascidos

em 2011, pois actualmente todos os assentos de nascimento estão informatizados numa base de dados a nível nacional, sendo necessário para tal solicitar essa informação a nível central, o que está a ser diligenciado, para se compreender melhor esta realidade e o deficit verificado. ----------

No que concerne ao índice de envelhecimento do concelho, definido como a relação entre os indivíduos com 65 ou mais anos e o número de jovens com idades inferiores a 15 anos, em 2009, esse índice no Concelho de Almodôvar atingia o valor de 237.1, contra 295 em Ourique e 355 em Mértola, enquanto em Castro Verde o índice era de 202.4 e em Aljustrel de 193.1. Ou seja em Almodôvar a realidade da nossa população, em termos de envelhecimento, era a da existência de uma média de cerca de 2,4 cidadãos com mais de 65 anos, por cada jovem com menos de 15 anos.---

Por isso é tão importante a definição e aplicação de políticas sociais relacionadas com a proteção dos idosos, que numa situação de crise como a actual são sempre os mais desprotegidos e de menor recursos para a enfrentar.----------

Nesse sentido, e para além do que já atrás foi referido, há que mencionar a implementação do Programa Apoio 65 – Idosos em segurança, levado a cabo pela Guarda Nacional Republicana em articulação com a Câmara Municipal de Almodôvar, Juntas de Freguesia e Instituições Particulares de Solidariedade Social, no sentido de garantir as condições de segurança e tranquilidade das pessoas idosas, de promover o conhecimento do trabalho da GNR junto desta população e ajudar a prevenir e evitar as situações de risco mais usuais. Até à data desta Assembleia, 24 de Fevereiro de 2012, tinham sido recenseados, no âmbito deste programa, 345 cidadãos isolados com mais de 65 anos de idade, por todo o Concelho. ----------

Actua ainda neste contexto a Comissão de Protecção de Idosos de Almodôvar, que integra a Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Almodôvar, Segurança Social, GNR, Centro de Saúde de Almodôvar, Centro Social e Paroquial de Santa Clara-a-Nova e a Santa Casa da Misericórdia de Almodôvar. Esta comissão é um grupo de trabalho informal para promover a realização dos direitos dos idosos e adultos dependentes e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde ou bem-estar. Em 2011 a comissão acompanhou 24 casos sociais e desde o início do ano está a acompanhar regularmente 12 situações. Na sua intervenção predomina, o encaminhamento e acompanhamento para unidades de saúde, higiene nas habitações, com respetivos arranjos, encaminhamento para institucionalização, serviço de apoio domiciliário, encaminhamento para apoios sociais a que os idosos

Mod. 752 (Esp.) – Grafinal-Águeda

tem direito, entre outros. Este serviço não se sobrepõe com os prestados pelas instituições de solidariedade social do Concelho. ----------

Ainda no uso da palavra, e numa outra perspectiva, mas pensando num segmento da população com mais de 50 anos, a Dr.ª Dina Cavaco (PSD) considerou afigurar-se importante a criação em Almodôvar e uma Universidade Sénior que traria novos conhecimentos e aptidões a pessoas com vontade de aprender, num processo de formação e aprendizagem ao longo da vida. Os seniores desta instituição iriam sentir-se membros activos e sempre válidos na sociedade, desenvolvendo simultaneamente as vertentes lúdico-culturais. Uma Universidade Sénior em Almodôvar promoveria conhecimentos em várias disciplinas e actividades do âmbito cultural, cientifico, tecnológico, desportivo, do património natural e histórico do Concelho, e fortaleceria as redes de intercâmbio e integração social contribuindo, também por esta via, para o combate ao isolamento e exclusão social. ----------

Em síntese, e face a conjuntura económico-social, a população mais desfavorecida do Concelho merece uma especial atenção, sobretudo face às alterações que se têm verificado na atribuição das prestações sociais e aos cortes anunciados, o que pode agravar ainda mais o risco e o aumento da pobreza, onde os grupos mais vulneráveis são sem margem de dúvida as crianças, os idosos e os desempregados. Mas até ao momento, podemos dizer que não se afigura ainda no concelho um cenário alarmante, e que de algum modo os cidadãos têm conseguido satisfazer as suas necessidades mais imediatas.----------

Concluindo a sua intervenção, a Dr.ª Dina Cavaco (PSD), referiu a grande atenção dada à área social ao longo destes anos pela Câmara Municipal, a qual tem vindo a melhorar progressivamente junto da população, face as novas situações emergentes e a todos os níveis, numa relação de grande proximidade, pautada por critérios de ajuda, de transparência, de rigor, e de equidade e justiça social. ----------

O **Sr. Ricardo Colaço** (PSD) realçou a importância do papel das Juntas de Freguesia em todo este processo, e dando o exemplo da Junta de Freguesia a que preside, Almodôvar, disse que, durante o ano de 2012, requisitara 24 pessoas ao abrigo dos Programas referidos, e entregara mais 4 candidaturas, podendo assim colocar e ajudar 28 agregados familiares, frisando que, tal como referido anteriormente pela Sr.ª Dina Cavaco, este factor de empregabilidade se estende às outras Juntas de Freguesia do Concelho. Frisou ainda que a Junta de Freguesia, em conjunto com a Câmara Municipal, continuou com a recuperação de algumas habitações dos agregados familiares mais desfavorecidos, bem como o papel de relevo que todas as Juntas têm tido em termos sociais, pois são o órgão mais próximo das populações. ----------

No uso da palavra o **Sr. José Lança** (PS) disse estar satisfeito com alguns números apresentados, nomeadamente com os números do desemprego. Saber que o desemprego está a aumentar um pouco por todo o País e no Concelho de Almodôvar esse número registou uma diminuição diminuir é um facto bastante positivo. Mas, por outro lado, é triste saber que o Concelho está a ficar envelhecido e a população activa é cada vez menor o que é uma situação muito preocupante. ----------

Em seguida interviu o Sr. Presidente da Câmara para referir que, como é do conhecimento de todos, a área social tem merecido sempre uma grande atenção por parte da Câmara, com medidas que têm sido de uma grande ajuda para os munícipes mais desfavorecidos do Concelho, dando como exemplo os dois projectos desenvolvidos desde 2003, como o Cartão Almodôvar Solidário e a realização de obras em habitações de indivíduos e/ou agregados familiares mais desfavorecidos.----------

Frisou a questão dos idosos isolados, como uma preocupação premente, à qual deverá será dada toda a atenção, destacando as diversas iniciativas em curso, em articulação com a Guarda Nacional Republicana (GNR), com as instituições de solidariedade social e outras entidades, para atenuar esta questão, a qual não é fácil de resolver. -------

Relativamente à questão da natalidade, disse que, independentemente do decréscimo registado em 2011, em média o número de nascimento têm vindo a aumentar nos últimos anos. ----------

Referiu o período difícil e conturbado que se está a atravessar mas que, no entanto, os números apresentados são reveladores de algum optimismo, nomeadamente em termos de desemprego, facto a destacar, na actual conjuntura económico-financeira.----------

A situação estável e de equilíbrio financeiro da Câmara, um pouco em contra ciclo daquilo que está a acontecer no País, tem permitido aumentar o investimento público no Concelho, criando uma espécie de almofada, que permite minimizar os efeitos do impacto da crise, e assim, dinamizar também o comércio local. ----------

Ainda na sua intervenção, o Presidente da Câmara destacou da intervenção da Sr.ª Dina Cavaco, o número de pessoas requisitadas a trabalhar na Câmara e nas Juntas de Freguesia, como demonstrativo do empenho destas entidades no combate ao desemprego e no apoio às famílias mais carenciadas do Concelho. E nesta área destacou o importante papel desempenhado pela Somincor, em todo o processo, na qual trabalham muitos Almodovarenses. ----------

Igualmente reforçou a referência à empregabilidade de pessoas portadoras de deficiência, ao abrigo de um contrato específico com o

Mod. 752 (Esp.) – Grafinal-Águeda

Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que permite à Câmara ter neste momento seis pessoas a trabalhar afectas a este contrato, o qual permite melhorar a auto-estima e a motivação tanto deles como das próprias famílias, sentindo-se membros activos e integrados na sociedade ----------

No que se diz respeito ao Fundo de Emergência Social (FES), como só em meados do ano transacto é que foi implementado, considerou ser ainda cedo para se compreender se o aumento de pedidos este ano se deve a dificuldades financeiras reais ou apenas a um maior conhecimento por parte da população deste projecto.----------

Salientou finalmente a intervenção das técnicas do Gabinete de Acção Social, no sentido de dar solução imediata aos casos mais urgentes, bem como ao seu empenhamento na realização dos objectivos em todos os projectos existentes. ----------

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia** salientou a necessidade de dar uma maior visibilidade às políticas sociais da Câmara, face à sua grande relevância e ao facto de ter sido implementado desde muito cedo, quando muito pouco existia nessa matéria, ao nível municipal no País. Hoje, na imprensa regional verifica-se que qualquer medida posta em prática noutros concelhos, mesmo de pouco relevo, é alvo de grande destaque.----------

Disse em seguida que a população do nosso Concelho se deve orgulhar de ter uma política social inovadora desde há muitos anos, principalmente desde a criação do Cartão Almodôvar Solidário, em 2003, que foi uma medida pioneira no País. O mesmo se poderia dizer da medida relativa à recuperação das habitações de agregados familiares carenciados, tendo ambas, pela sua dimensão e conteúdo, sido exemplares ao nível do país.--

Ainda em relação à questão dos idosos, e do seu isolamento, manifestou a sua satisfação pelo recenseamento em curso, feito pela GNR, em articulação com Câmara Municipal, e a colaboração das Juntas de Freguesia e instituições de solidariedade. ----------

Sobre a Universidade Sénior, disse também que seria muito importante que a mesma fosse criada em Almodôvar, pois essas instituições cumprem um papel muito meritório em matéria de aprendizagem, e a sua abertura tem revestido muito sucesso, com a frequência de muitos alunos, como também tem acontecido nos concelhos vizinhos, devendo a Câmara prestar a devida atenção a uma iniciativa semelhante no concelho. ---------

B.4. - Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal relativa às Actividades Municipais mais Relevantes e Situação Financeira nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo

53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (ANEXO 10); ----------

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra a Assembleia para intervenções e pedidos de esclarecimento sobre a actividade da Câmara. --

O **Sr. Presidente da Câmara** disse que a informação prestada espelha o que foi a actividade da Câmara, nos seus vários departamentos, seja na área social, financeira, de obras por administração directa ou por empreitada, e também uma informação detalhada no que diz respeito ao planeamento, licenciamentos, obras particulares, entre outras, pelo que fica à disposição para responder a questões.----------

No uso da palavra o **Sr. José Lança** (PS) questionou o Sr. Presidente da Câmara no sentido de saber como estão a correr as negociações com os empresários do Concelho de Almodôvar para a aquisição de lotes na zona industrial, tendo sabido que a Câmara reduziu o preço inicial dos lotes, mas mesmo assim esse preço ainda esta acima do que os empresários pretendem pagar, comparativamente com algum estudo de mercado efectuado noutros municípios.----------

O **Sr. José Gonçalo** (BE), questionou o Sr. Presidente da Câmara no sentido de saber o impacto no custo com a iluminação pública, da redução do tempo de iluminação durante a noite na vila de Almodôvar e o ponto de situação sobre o abate dos sobreiros no parque das merendas. ---------

No uso da palavra o **Sr. José Lança** (PS) questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara sobre a possibilidade de ser criado, no espaço onde era o antigo ginásio, um parque de estacionamento de modo a minorar o problema de estacionamento criado na vila devido às várias obras que se encontram em execução. ----------

O **Sr. José Brites** (PS) questionou sobre a conclusão da casa mortuária, uma vez que uma das salas se encontra encerrada, sobre as principais obras realizadas por administração directa desde a última Assembleia Municipal e também sobre a alteração do nome da ponte romana.----------

O **Sr. Presidente da Câmara**, respondendo ao Sr. José Lança (PS), sobre as questões do loteamento industrial, disse que de acordo com o regulamento aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal, o mesmo está a ser cumprido e foi feito um segundo aviso em que o prazo de entrega de candidaturas termina no final do mês, tendo o primeiro aviso ficado deserto. Houve, no entanto, dois candidatos que acabaram por não avançar com a intenção de compra, pois acharam o preço de 30€ por metro quadrado um valor elevado. ----------

Mod. 752 (Esp.) – Grafinal-Águeda

Referiu em seguida que a Câmara fez um investimento naquele espaço e que embora não se tenha como objectivo obter lucro, há a necessidade de recuperar parte do investimento efectuado, nomeadamente o relativo às infraestruturas dos lotes. ----------

Surgiu depois o interesse de quatro empresários de Almodôvar interessados nos lotes, e atendendo à actual conjuntura a Câmara resolveu analisar o processo uma vez mais e diminuir o preço dos lotes de 30€ para 20€ por metro quadrado, sendo este um preço mais razoável uma vez que a Câmara suporta o custo dos terrenos e um terço do investimento feito com as infraestruturas. A questão das comparações com outros concelhos não é aceitável pois há concelhos que vendem lotes a 10€ por metro quadrado, mas nos terrenos que adquiriram já havia todas as infraestruturas necessárias. No entender da Câmara, a situação vai alterar-se e vão existir interessados/compradores dos lotes que vão ser vendidos após este segundo aviso. ----------

Em resposta ao Sr. José Gonçalo (BE), disse ter havido alguma dificuldade com o parque de estacionamento junto ao gimnodesportivo, devido as obras que estão a ser executadas, problema esse que já se encontra resolvido, e que na Câmara há a consciência de que com as obras é mais difícil estacionar. A Câmara dispõe de um terreno junto ao Centro de Saúde onde pode ser feita uma pequena intervenção e disponibilizá-lo para parque de estacionamento enquanto durarem as obras.----------

Relativamente à questão da iluminação pública, a Câmara tem estado a dar passos no sentido de reduzir custos, e apesar do aumento do IVA na eletricidade, os dados apresentados na execução financeira do mês de Janeiro mostram que a Câmara conseguiu uma diminuição sensível a qual também resulta do trabalho desenvolvido e em colaboração com a EDP. Pretende-se efectuar, neste caso, a instalação de relógios que controlem a iluminação da vila assegurando o estritamente necessário, mas sem descurar a segurança.----------

Quanto aos sobreiros do parque das merendas, o processo relativo ao abate foi encaminhado para o Ministério Publico, já houve o julgamento, mas a Câmara ainda não recebeu qualquer comunicação do Tribunal e que nesse processo o Executivo tomou a decisão de não pedir indeminização, atendendo especialmente à situação social da pessoa em causa. ----------

O **Sr. José Gonçalo** (BE), interviu de novo, dizendo "ter ideia de que ao fim deste tempo todo surge uma nova versão", já que o Sr. Presidente da Câmara disse que a referida pessoa se tinha dirigido à Câmara para falar com o Sr. Vice-presidente e este lhe tinha dada autorização para o corte de umas ramagens. ----------

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara disse não poder responder, com base numa situação em que o Sr. José Gonçalo diz ter a ideia de ser uma versão diferente, pois tem que ter a certeza do que está a dizer para que lhe possa ser apresentada uma resposta adequada às dúvidas levantadas. ----------

Uma vez que o Sr. José Gonçalo diz que esta versão é diferente, tem que ter a certeza que é diferente e dizer onde é que é diferente para que possa ser esclarecido. ----------

Continuando, afirmou que não há diferença nenhuma, pois o que está a ser dito aqui hoje foi o mesmo que foi dito aquando da última discussão sobre este assunto. A Câmara tem um Gabinete Florestal que acompanha aquilo que é o património do Município no que respeita ao parque florestal e o Parque das Merendas é um dos melhores patrimónios que a Câmara tem e nesse sentido é acompanhado. Houve uma informação do engenheiro florestal para a Câmara a dizer que havia cerca de 50 sobreiros que estavam mortos e necessitavam de ser abatidos, e que não podiam ser abatidos sem autorização da Autoridade Florestal Nacional. A Câmara fez então um oficio com o mapa do local onde se encontravam os sobreiros para pedir a autorização e durante esse processo houve alguém que de forma incorrecta, cometendo um crime de abuso de confiança foi ao local e cortou os sobreiros, e quando o parecer da Autoridade Florestal Nacional chegou verificou-se que os sobreiros já tinham sido abatidos sem prévia autorização, por um individuo que tinha apenas autorização para levantar a ramagem que estava caída, mas que não se contentou com essa ramagem e, abusando da confiança que lhe tinha sido dada, cortou os sobreiros que estavam marcados. ----------

A Câmara fez a denúncia ao Ministério Publico que andou com o processo, mas no entanto, dado que os sobreiros abatidos foram os que estavam sinalizados, entendeu que, por várias razões, como a situação social da pesou que praticou o acto, não iria pedir indeminização.----------

O tribunal concluiu o processo e deve ter existido lugar a uma condenação da pessoa, da qual ainda não se tem conhecimento. ----------

Para terminar o Sr. Presidente da Câmara referiu que esta versão foi a mesma que foi descrita da última vez em que este assunto foi analisado nesta Assembleia. ----------

O Sr. Presidente da Câmara, em resposta ao Sr. José Brites (PS), explicou que há um problema no soalho da casa mortuária. Como é do conhecimento geral aquela Casa está assente assenta numa laje e quando o soalho de tacos madeira foi instalado o intervalo de dilatação dos mesmos não era suficiente, tendo alguns deles levantado, mesmo depois de o soalho ter sido reparado por diversas vezes. Assim, para melhor se detectar a origem do problema foi tecnicamente indicado que seria

Mod. 752 (Esp.) – Grafinal-Águeda

aconselhável deixar passar o Inverno e depois se efectuar uma intervenção definitiva. Em termos de disposição do espaço e ocupação da casa mortuária, quando há mais do que um falecimento no mesmo dia, cabe às agências funerárias a sua gestão, assim como aos próprios familiares dos falecidos, e que até ao momento nunca houve qualquer reclamação ----------

Sobre as obras por administração directa, o Sr. Presidente da Câmara disse que houve uma Assembleia Municipal em Dezembro e que passado apenas um mês e pouco é natural que haja obras por administração directa que continuem em curso. ----------

Sobre a questão da ponte medieval, explicou que a designação popular da ponte é a de Ponte Romana, mas que os técnicos do IGESPAR nos estudos que fizeram, afirmaram que a origem da ponte era medieval. Os serviços municipais, na sequência do parecer técnico, colocaram então a placa a renomeá-la de Ponte Medieval, talvez de forma demasiado célere.-

O **Sr. Fernando Romba** (PS) referiu que ultimamente foram retirados de quase toda a vila os contentores do lixo em plástico, e que os contentores subterrâneos que foram colocados são insuficientes e por isso as pessoas, muitas delas idosas, têm que se deslocar centenas de metros com os sacos do lixo, pelo que deveriam ser recolocados alguns dos antigos contentores do lixo. ----------

O **Sr. Presidente da Câmara** disse que o processo de instalação de contentores subterrâneos e a retirada dos que estão a superfície, é sempre alvo de um grande acompanhamento para que não aconteçam situações como a descrita, e que se essa situação o justificar serão recolocados alguns dos antigos contentores, para além da sensibilização que terá de ser feita junto da população na selecção dos resíduos. ---------

B.5. Aprovação da acta em minuta; ----------

O **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação a minuta da acta da sessão, contendo as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. ----------

C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA ----------

C.1. - Intervenção dos munícipes (n.º 6, do art.º 84.º da lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro); ----------

Dada a palavra aos munícipes presentes não houve pedido de intervenções.----------

8	249
Livro	Folhas

NOTA FINAL - O Sr. Presidente da Assembleia, informou e que era intenção da Mesa e à semelhança de anos anteriores, promover a Sessão Solene comemorativa do 25 de Abril, em articulação com outras iniciativas da Câmara Municipal. ----------

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e do n.º 6, do art.º 84º da Lei n.º 5/A/2002 de 11 de Janeiro, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a sessão por encerrada, eram 23 hora e 40 minutos do dia 30 de Setembro de 2011-----

Para constar e para os fins consignados no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se lavrou a presente minuta da sessão. ----------

Os anexos à acta fazem parte integrante da mesma e dão se aqui por reproduzidos.----------

E eu, Filipe José Sequeira Correia, Assistente Operacional, a redigi e subscrevo. ----------

Mod. 752 (Esp.) – Grafinal-Águeda